

MPF e MPE pedem intervenção de recursos

Na ação, órgãos pedem que uma equipe multidisciplinar designada pelo MS passe a gerir os recursos federais do Estado



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 29 de janeiro de 2014

Diante da situação recorrente de problemas estruturais e econômicos da saúde pública no Estado de Sergipe, os Ministérios Públicos Federal (MPF/SE) e Estadual (MPE) ajuizaram Ação Civil Pública (ACP) pedindo a intervenção do Ministério da Saúde (MS) na gestão dos recursos federais destinados ao Governo de Sergipe. Na ação, o MPF e MPE pedem que uma equipe multidisciplinar designada pelo MS passe a gerir os recursos federais destinados ao Estado. “Não estamos pedindo que as verbas federais deixem de ser repassadas para Sergipe, o que queremos é que não venha mais para o gestor estadual e sim através do gestor da União, para que se faça um plano operacional para organizar a saúde do Estado. Depois o Estado reassume sua função e cumpre o plano operacional determinado pela União”, ressalta Dra. Euza Missano, promotora pública.

A ação pede à Justiça Federal, que haja a suspensão imediata dos recursos federais, sem que haja prejuízo na prestação do serviço à população. Também foi requerido que a União mantenha a gestão federal direta até que seja garantida a capacidade do gestor estadual para gerir recursos federais, devendo apresentar relatórios sobre as contas da saúde no Estado nos últimos três anos, devendo a fiscalização ser

feita pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Serviço de Auditoria em Sergipe do Departamento Nacional da Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus).

Em julho de 2013 o MPF/SE e o MPE/SE emitiram recomendação ao MS pela suspensão dos recursos federais para o Estado e a adoção de medidas interventivas na gestão de recursos, mas nada foi feito para melhorar a saúde do Estado. De acordo com o procurador da República, Dr.

Ramiro Rockenbach, nos últimos meses a situação da saúde em Sergipe apenas piorou muito, e ele ressaltar que ambos ministérios públicos percorreram todo caminho do diálogo com gestores de saúde.

“Não restou outra saída a não ser o ajuizamento dessa ACP fazendo com que o Poder Judiciário obrigue aquilo que nós anteriormente já havíamos solicitado ao MS, que faça uma gestão federal, ainda que por um tempo determinado no Estado,

para que resolva todos esses problemas. É bom ressaltar também que mesmo com o ajuizamento da ação, estamos abertos ao diálogo, o que não aceitamos é monólogo, os ministérios públicos falarem juntamente com as entidades de saúde e não receberem respostas, e que é pior do que a não resposta, é nada de efetivo na prática para benefício da população”, afirma o procurador.

Em 2012 a auditoria do SUS esteve em Sergipe fazendo uma auditoria na saúde. De acordo

com Dr. Ramiro, foi constatada desorganização e incerteza sobre a gestão de recurso público em Sergipe, já que o Estado é gerido por uma Fundação Hospitalar de Saúde (FHS). “O que chamou atenção da auditoria foi essa chamada terceirização da gestão da saúde, onde o gestor sai do papel dele de gerir diretamente e repassa para outros entes, no caso as fundações de saúde. Os ministérios questionaram isso na época, inclusive, judicialmente, está em tramitação em último grau no

Supremo Tribunal Federal (STF) e continuamos não concordando, muito mais agora, já que antes era um modelo em abstrato, promessas do que aconteceria, hoje temos algo concreto, prático e visível, que não funciona e que não vai funcionar”, confirma.

Sobre a possibilidade de desvios de verbas, o procurador informou que será necessário um pente fino nas contas e recursos disponibilizados para o Estado, para verificar possíveis fraudes. “Não é possível falar que há indícios de desvios de verbas públicas, mas o que existe textualmente visto por auditoria, é completa desorganização, e onde há desorganização é um passo para desvios e isso precisa ser apurado detalhadamente, primeiro para saber se existe desvio, em que monta, quem é responsável, cadê o dinheiro, para então recuperar isso e punir quem tem que ser punido, se for o caso”, reforça Dr. Rockenbach.



■ Ministérios Públicos Federal e Estadual ajuizaram Ação Civil pedindo intervenção do Ministério da Saúde